

1 **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CERH/PR**
3

4 Posse dos Conselheiros; Aprovação da ata da 20ª Reunião Ordinária; Leitura do
5 Expediente; Discussão e deliberação da prestação de contas da aplicação dos
6 recursos do FRHI/PR referente ao ano de 2012; Apresentação do Programa de
7 Saneamento Rural e do Programa de Combate à erosão urbana pelo
8 AGUASPARANÁ; Discussão e deliberação sobre a minuta de Resolução que altera a
9 Resolução nº 79 CERH/PR; Discussão e deliberação sobre a proposta de composição
10 do Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2; Discussão e deliberação sobre a
11 proposta de composição do Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu; Discussão e
12 deliberação sobre a proposta de composição do Comitê da Bacia do Alto Ivaí;
13 Discussão e deliberação sobre minuta de Decreto que altera o art. 7º alínea "a" e o art.
14 13, inc. I, do Decreto nº 9.130 de 27 de dezembro de 2010; Discussão e deliberação
15 sobre a minuta de Decreto que dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de
16 recursos hídricos e adota outras providências; Apresentação do Pacto Nacional pela
17 Gestão das Águas pelo Sr. Paulo Augusto Libanio, da Agência Nacional de Águas;
18 Assuntos Gerais; e Encerramento.
19

20 **Aos 28 dias de maio de 2013, às 08:30 horas**, na Sala do Conselho do Centro
21 Integrado dos Empresários e Trabalhadores das Indústrias do Paraná – CIETEP,
22 realizou-se a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
23 CERH/PR, contando com a presença do Presidente do Conselho, LUIZ EDUARDO
24 CHEIDA, da Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA, dos
25 Conselheiros Titulares, NESTOR BRAGAGNOLO, da Secretaria de Estado do
26 Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, PAULO JOSÉ DA SILVA, da Secretaria
27 de Estado da Fazenda – SEFA, MÁRIO LESSA SOBRINHO, da Secretaria de Estado
28 da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM, ANTONIO RICARDO
29 LORENZON, da Secretaria de Estado da Agricultura – SEAB, IVANA LUCIA
30 BELMONTE, da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, EDUARDO ALVIM LEITE, da
31 Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETI, MÁRCIO FERNANDO NUNES,
32 do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, ANA CLAUDIA BENTO GRAF,
33 da Procuradoria Geral do Estado - PGE, KÁTIA NORMA SIEDLECKI, da Minerais do
34 Paraná S.A. – MINEROPAR, LINDSLEY DA SILVA RASCA RODRIGUES, da
35 Assembléia Legislativa do Paraná - ALEP, CELSO BENEDITO DA SILVA - da
36 Prefeitura Municipal de Bandeirantes, ERNESTO ALEXANDRO BASSO, da Prefeitura
37 Municipal de Nova América da Colina, GUADALUPE GARCIA, da Pontifícia
38 Universidade Católica - PUCPR, JEFFERSON CRISPIM, da Universidade Estadual do
39 Paraná - UNESPAR, PEDRO LUIS PRADO FRANCO, da Associação Brasileira de
40 Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, GIÁCOMO CLAUSI, do Grupo Ambientalista
41 do Rio Iguaçu - GARI, PAULO CÉSAR MEDEIROS, do Centro de Estudos, Defesa e
42 Educação Ambiental - CEDEA, LUIZ CARLOS SETIM, da Prefeitura Municipal de São
43 José dos Pinhais, JAIME DE OLIVEIRA KUHN, da Companhia Paranaense de Energia
44 - COPEL, SILVIO ALEXSANDRO KRINSKI, da Organização das Cooperativas do
45 Paraná - OCEPAR, ARNALDO GIOVANI RECH, do Comitê das Bacias do Baixo Ivaí /
46 Paraná 1, INGRID ILLICH MÜLLER, do Comitê das Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes
47 do Alto Ribeira - COALIAR, e dos Conselheiros Suplentes, ADRIANA CORDEIRO, da
48 Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM,
49 ADRIANE NUNES FERREIRA, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano -
50 SEDU, ROSANA SCARAMELLA, da Secretaria de Infraestrutura e Logística - SEIL,

51 JOÃO GUILHERME GATTI, da Secretaria de Estado do Turismo - SETU, SOLANGE
52 REIGUEL da Secretaria de Estado da Educação – SEED, AGENOR DE PAULA
53 FILHO, da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, ENEAS SOUZA
54 MACHADO, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, IVONETE COELHO
55 DA SILVA CHAVES, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, LUIZ MARCOS FEITOSA
56 DOS SANTOS, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -
57 EMATER, GIL FERNANDO POLIDORO, da Coordenação da Região Metropolitana de
58 Curitiba - COMEC, KARINE INOCÊNCIA GASSNER, da Prefeitura Municipal de
59 Pinhalão, SILVIO CESAR SAMPAIO, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná -
60 UNIOESTE, ADRIANO WILD, da MATER NATURA, ADILSON LUIZ DE PAULA
61 SOUZA, da Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, GALDINO ANDRADE FILHO,
62 do Comitê da Bacia do Rio Tibagi, e dos convidados, JÚLIO GOSS, ALBERTO
63 PICCININI, BEIJAMIM RUIZ BALSALOBRE, RENATO ANTONIO DALLA COSTA,
64 JORGE LUIZ CAROLLO TEIXEIRA, FÁBIO DE SOUZA PINTO, EMERSON PINTO,
65 FABIO GALASSINI, MARILDA KELLER ZARPELON, RICARDO JOHANSEN,
66 EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA, RODRIGO OTÁVIO MACAGNANI, ROBERT
67 GORDON HICKSON, EMILLE MEDEIROS MASELLA, DINA CARDOSO e LEONILDO
68 MACHADO, do Instituto das Águas do Paraná - AGUASPARANÁ, EDSON SILVA DE
69 LIMA, da SANEPAR, ENIO NETH DE GOSS e MAURI CESAR BARBOSA PEREIRA
70 da SEMA, MONICA IRION ALMEIDA, da COPEL, CLAUDIA REGINA BOSCARDIN e
71 MARLISE JORGE, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA,
72 DIRO JOSÉ MOLINARI, da GERAR, CELSO ROMERO KLOSS, da Rede Paranaense
73 de Metrologia e MÁRIO BASTOS DA SILVA, da Prefeitura Municipal de Piraquara. Ao
74 iniciar a reunião, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA,
75 disse haver quorum, contando ao longo da reunião, com a presença de 30
76 Conselheiros titulares ou suplentes representando os titulares. O Presidente do
77 Conselho, LUIZ EDUARDO CHEIDA, saudou os Conselheiros e agradeceu a presença
78 de todos, e a seguir solicitou que a Secretária Executiva fizesse a leitura da pauta do
79 dia, que foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, o Presidente do CERH/PR
80 passou ao **item 1 de pauta – posse de novos Conselheiros**, e solicitou que a
81 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura do Decreto nº
82 8.129, de 08 de maio de 2013, que nomeia os Conselheiros para o sexto mandato do
83 Conselho, e que à nomeação dos Conselheiros, os mesmos estariam devidamente
84 empossados. A seguir, passou ao **item 2 de pauta – aprovação da ata da 20ª**
85 **Reunião Ordinária**, sendo que a mesma, após complementações solicitadas pela
86 COPEL, foi aprovada por unanimidade. A Secretária Executiva, passando ao **item 3**
87 **de pauta – leitura do expediente**, mencionou os ofícios emitidos e recebidos pela
88 presidência e secretaria executiva do Conselho. A seguir, o Presidente LUIZ
89 EDUARDO CHEIDA passou ao **item 4 de pauta - discussão e deliberação da**
90 **prestação de contas da aplicação dos recursos do FRHI/PR referente ao ano de**
91 **2012**. A Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, apresentou os valores
92 repassados ao Estado do Paraná pela compensação financeira pela exploração dos
93 recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, bem como os valores
94 utilizados para as diversas finalidades anteriormente aprovadas pela Plenária do
95 Conselho (**vide anexo 1**). O Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON, da SEAB,
96 comentou que o Decreto que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos -
97 FRHI/PR, menciona em seu artigo 8º, inciso IX, que cabe ao órgão gestor de recursos
98 hídricos elaborar relatório com apoio do agente financeiro. A Diretora Administrativa
99 Financeira do AGUASPARANÁ, MARILDA KELLER ZARPELON, esclareceu que os
100 recursos que serão aportados à conta existente do Instituto das Águas do Paraná na

101 CAIXA serão os oriundos da cobrança pelo direito de uso dos recursos hídricos, ainda
102 não implementada no âmbito do Estado do Paraná. Esclareceu também, que os
103 recursos provenientes da compensação financeira são depositados na conta 105 do
104 Estado, e repassados ao AGUASPARANÁ através de programação orçamentária. O
105 Conselheiro ANTONIO RICARDO LORENZON questionou esse procedimento, visto
106 que o Decreto que regulamenta o FRHI/PR menciona que um dos itens que
107 constituem o Fundo são os recursos da compensação financeira, e que, portanto,
108 deveriam ser aportados a esse Fundo. O Conselheiro PAULO JOSÉ DA SILVA, da
109 SEFA, esclareceu que os recursos da fonte 105 entram no orçamento, e que esse
110 valor tem uma dotação orçamentária. A Sra. MARILDA KELLER ZARPELON fez a
111 leitura de Informação da SEFA que esclarece o funcionamento dos recursos da fonte
112 105. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, solicitou que esta matéria
113 fosse analisada pela área jurídica do AGUASPARANÁ, e encaminhada para a PGE,
114 para emissão de parecer a esse respeito. O Conselheiro PAULO JOSÉ DA SILVA
115 ainda esclareceu que os recursos financeiros estornados em determinado ano, voltam
116 no exercício seguinte como despesa de exercícios anteriores, havendo dotação
117 orçamentária garantida. O Conselheiro EDUARDO ALVIM LEITE, da SETI, falou da
118 importância de se verificar a legalidade desse processo em termos de legislação
119 vigente e a garantia dos valores à disposição das ações que o Conselho aprovou. O
120 Conselheiro MARCIO FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ, sugeriu que fosse
121 submetido à aprovação a prestação de contas, e que na sequência fosse feita uma
122 análise de aspectos legais. Na sequência, a prestação de contas foi aprovada por
123 unanimidade. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, passou ao **item 5**
124 **de pauta - apresentação do Programa de Saneamento Rural e do Programa de**
125 **Combate à Erosão Urbana pelo AGUASPARANÁ** e convidou o Sr. MÁRCIO
126 FERNANDO NUNES para fazer a apresentação. Antes do pronunciamento do Sr.
127 Márcio Nunes, a Secretária Executiva do CERH/PR, MARIANNA SOPHIE ROORDA,
128 apresentou uma tabela com as atividades e valores anteriormente aprovados pela
129 Plenária do Conselho quanto ao plano de aplicação dos recursos de compensações
130 financeiras do FRHI/PR, para o biênio de 2013 e 2014. A seguir, apresentou as
131 alterações que estavam sendo propostas, retirando a elaboração do Plano de Bacia
132 Hidrográfica do Médio Iguaçu e do Cadastro de Usuário da Bacia do Rio Tibagi para o
133 referido biênio, transferindo estas aplicações para o biênio 2015/2016, e destinando
134 recursos financeiros para o custeio dos Programas de Saneamento Rural e o de
135 Combate à Erosão Urbana, programas estes previstos no Plano Estadual de Recursos
136 Hídricos, e também a destinação de recursos para o estudo de enquadramento dos
137 cursos d'água da Bacia do Paraná 3 (**vide anexo 1**). A seguir, o Sr. MÁRCIO
138 FERNANDO NUNES disse da intenção de até o final de 2014 ter-se todos os Comitês
139 de Bacia Hidrográfica instalados no nosso Estado. Comentou dois Programas em
140 execução no AGUASPARANÁ (**vide anexo 2**). O primeiro, Programa de Combate à
141 Erosão Urbana, visando atender 260 municípios com mil metros de galeria de águas
142 pluviais para cada município, com tubos de concreto fabricados nas três fábricas de
143 tubo do AGUASPARANÁ. Devido à falta de funcionários nestas Unidades, e pelo fato
144 do Estado estar dentro do limite prudencial de gastos com o funcionalismo público, o
145 AGUASPARANÁ fez uma parceria com a Secretaria de Estado da Justiça, que
146 disponibilizou 105 apenados, em regime semi aberto, para trabalharem nestas
147 fábricas. Explicou que as obras previstas neste Programa são parcerias entre o Estado
148 e Municípios, sendo que o Estado entra com as tubulações e os Municípios com o
149 projeto e execução das obras. Outro Programa é o de implementar sistemas de
150 abastecimento rural, Programa este denominado de "Patrulha da Água" sendo que

151 atualmente existem 2 mil comunidades cadastradas no Paraná que não têm água
152 tratada para beber. Através de repasse de 78 milhões de reais do Banco Mundial,
153 serão viabilizados o atendimento de 634 comunidades e, em parceria com a
154 SANEPAR, num valor de 20 milhões de reais, mais 53 comunidades. Também estão
155 sendo repassados ao AGUASPARANÁ, pelo Governo Federal, três equipamentos de
156 perfuração, que vão possibilitar a instalação de 400 sistemas de abastecimento até o
157 final de 2014, numa parceria entre os Municípios e Estado, atendendo, desta forma,
158 mais de mil comunidades. Justificou que foi solicitado alteração no plano de aplicação
159 dos recursos financeiros do FRHI/PR para o biênio de 2013 e 2014, para o pagamento
160 do custeio destes dois programas apresentados. A Conselheira KARINE INOCÊNCIA
161 GASSNER, da Prefeitura Municipal de Pinhalão, perguntou de que forma os
162 Municípios poderiam se habilitar ao Programa "Patrulha da Água" e se a outorga já
163 seria providenciada pelo AGUASPARANÁ. O Sr. MÁRCIO NUNES esclareceu que o
164 critério era a ordem de chegada e que além da perfuração do poço, da outorga já
165 expedida pelo AGUASPARANÁ, existe ainda um Convênio com a COPEL para fazer a
166 ligação de luz nestes sistemas instalados. O Conselheiro CELSO SILVA, Prefeito de
167 Bandeirantes, disse que achava subjetivo o critério de ordem de chegada e
168 demonstrou preocupação pelo fato do município não ser atendido pela SANEPAR.
169 Também sugeriu como critério de priorização, os Municípios que tenham seus Planos
170 de Recursos Hídricos. O Sr. MÁRCIO FERNANDO NUNES esclareceu que os critérios
171 são primeiramente os estabelecidos pelo Banco Mundial, e na seqüência, a ordem de
172 chegada, e que o fato do Município contar com um Sistema de Abastecimento
173 Autônomo não prejudica o município. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS, do
174 CEDEA, sugeriu que também fosse contemplado o critério "Índice de Desenvolvimento
175 Humano - IDH". O Conselheiro MÁRCIO FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ,
176 comentou que exatamente a área de menor IDH, é a região do Estado que tem a
177 maior escassez de recursos hídricos. O Conselheiro RASCA RODRIGUES, da ALEP,
178 parabenizou o Instituto das Águas do Paraná pelo Programa de Abastecimento Rural
179 que vem sendo realizado, e comentou ser uma feliz coincidência que o Programa está
180 sendo priorizado nas áreas de baixo IDH, sendo a falta de água nestas regiões o
181 grande motivo para esse baixo índice. O Conselheiro PEDRO LUIS PRADO
182 FRANCO, da ABES, com relação às alterações no plano de aplicação dos recursos do
183 FRHI/PR, comentou a importância de se realizar o cadastro dos usuários da Bacia do
184 Rio Tibagi, e pediu que constasse em ata, que recursos para essa finalidade seriam
185 garantidos para o próximo biênio. Encerrando sua fala, o Conselheiro MARCIO
186 FERNANDO NUNES, do AGUASPARANÁ, sugeriu que, além dos critérios do Banco
187 Mundial, baixo IDH, Planos Municipais de Recursos Hídricos, ordem de chegada, que
188 se buscasse uma participação efetiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica no
189 estabelecimento de critérios de priorização dos sistemas. O Presidente do CERH/PR,
190 LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a apresentação, e sugeriu que o Instituto das
191 Águas do Paraná leve em consideração as contribuições feitas pela Plenária,
192 consolidando estes programas dentro de critérios técnicos propostos. A seguir, passou
193 ao **item 6 de pauta - discussão e deliberação sobre a minuta de Resolução que**
194 **altera a Resolução nº 79 CERH/PR**, e solicitou que a Secretária Executiva
195 MARIANNA SOPHIE ROORDA fizesse a leitura da minuta de Resolução (**vide anexo**
196 **1**), sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade, com contribuições de forma
197 apresentadas pela COPEL. A seguir, o Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO
198 CHEIDA passou aos **itens 7, 8 e 9 de pauta - discussão e deliberação sobre a**
199 **proposta de composição do Comitê das Bacias do Rio Piquiri e Paraná 2, do**
200 **Comitê dos Afluentes do Baixo Iguaçu e do Comitê da Bacia do Alto Ivaí. A**

201 Secretária Executiva, MARIANNA SOPHIE ROORDA, disse que as três propostas de
202 composição de Comitês de Bacia atendiam aos critérios estabelecidos no Decreto
203 Estadual nº 9.130, de 27 de dezembro de 2010, que regulamenta o processo de
204 instituição de Comitês de Bacia Hidrográfica. Apresentou as propostas de composição
205 apresentadas pelas Mesas Diretoras Provisórias, e características gerais de cada uma
206 das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos definidas como
207 área de atuação destes Comitês de Bacia. Fez a leitura das três minutas de Resolução
208 aprovando a composição dos referidos Comitês, sendo que ao final da leitura de cada
209 minuta, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, passou-se ao **item 10**
210 **de pauta - discussão e deliberação sobre minuta de Decreto que altera o art. 7º**
211 **alínea "a" e o art. 13, inc. I, do Decreto nº 9.130 de 27 de dezembro de 2010.** A
212 Secretária Executiva MARIANNA SOPHIE ROORDA esclareceu os motivos das
213 alterações propostas, referentes ao prazo e período de mandato dos membros dos
214 Comitês de Bacia instalados no Estado do Paraná, conforme Nota Técnica
215 encaminhada aos Conselheiros. Foi proposto um mandato de 4(quatro) anos ao invés
216 de 2(dois) atualmente vigente, e também que o mandato de todos os Comitês já
217 empossados e dos que vierem a tomar posse, se estenda até o dia 01 de março de
218 2017, de forma a ter um mandato coincidente com o mandato dos Prefeitos
219 Municipais, cuja participação é fundamental nos Comitês de Bacia. Esta proposta
220 também vem a proporcionar uma unificação de período de mandato de todos os
221 Comitês de Bacia do nosso Estado, permitindo um melhor controle dos mandatos
222 destes Comitês, e proporciona uma melhor oportunidade de divulgação do processo
223 de renovação de mandatos de todos os Comitês a nível estadual. Outro fator muito
224 importante, é que com a criação do Comitê Interestadual da Bacia Hidrográfica do Rio
225 Paranapanema, englobando 3 Comitês de Bacia do lado do Paraná e 3 Comitês do
226 lado paulista, que recentemente iniciou o seu mandato fixado em 4 anos, terá mandato
227 coincidente com os nossos Comitês, o que foi uma das demandas desse Comitê
228 Interestadual. Na seqüência, foi feita a leitura da minuta de Decreto, que foi aprovada
229 por unanimidade. A seguir, a Secretária Executiva comentou que o mesmo
230 procedimento seria feito para o mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
231 fixando o prazo de mandato para 4 anos, no entanto, coincidente com o mandato do
232 Governo do Estado, o que foi acordado por todos. A seguir, o Presidente do
233 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, passou ao **item 11 de pauta - discussão e**
234 **deliberação sobre a minuta de Decreto que dispõe sobre o regime de outorga de**
235 **direitos de uso de recursos hídricos,** que trata de revisão e revogação do Decreto
236 nº 4.646, de 31 de agosto de 2001, e convidou o Sr. JÚLIO GOSS, da Assessoria
237 Jurídica do AGUASPARANÁ, para explicar as alterações propostas. O mesmo disse
238 que foram feitas adequações, tendo em vista revisão feita na Lei nº 12.726/99, que
239 institui a Política de Recursos Hídricos do nosso Estado, e Resoluções da SEMA
240 referentes à articulação dos procedimentos de outorga com o licenciamento ambiental
241 e comentou demais alterações constantes no anexo 1 desta ata. A Conselheira KÁTIA
242 SIEDLECKI, da MINEROPAR, indagou se nesta minuta foi prevista a expansão do
243 número de parâmetros de qualidade da água a serem solicitados no processo de
244 outorga, sendo esclarecido que os parâmetros obrigatórios serão definidos no Manual
245 de Outorga a ser elaborado. A Conselheira comentou que a MINEROPAR elabora
246 estudos técnicos para o Instituto Ambiental do Paraná referente a passivos ambientais,
247 e comentou que foram diagnosticados inúmeros poços tubulares com água
248 contaminada com outorga concedida pelo AGUASPARANÁ. A Conselheira IVANA
249 BELMONTE, da SESA, sugeriu que os órgãos de Estado fizessem um trabalho
250 conjunto para evitar conflitos de que a SESA tenha que vetar a utilização de água para

251 consumo humano de poços outorgados pelo AGUASPARANÁ. A Conselheira
252 IVONETE CHAVES, do IAP, questionou se a Resolução SEMA nº 03/2004, que trata
253 da integração do licenciamento e outorga, continuaria válida após a aprovação desta
254 minuta de Decreto. O Sr. JULIO GOSS, do AGUASPARANÁ, esclareceu que esta
255 minuta só vem a reforçar a referida Resolução, visto que o Decreto vigente não faz
256 menção ao trâmite de outorga e licenciamento, e portanto busca aumentar esta
257 articulação e fortalecer o instrumento legal de outorga. A seguir, o Presidente do
258 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, propôs a instalação de Câmara Técnica para
259 definição dos parâmetros a serem avaliados quando do processo de outorga, contando
260 com a participação do AGUASPARANÁ, da MINEROPAR, da SESA, do IAP, e demais
261 Instituições que demonstrarem interesse na participação desta Câmara Técnica, a ser
262 aprovada na reunião seguinte. A seguir, passou ao **item 12 de pauta - apresentação**
263 **do Pacto Nacional pela Gestão das Águas**, e convidou o Sr. PAULO AUGUSTO
264 LIBANIO, da Agência Nacional de Águas, para fazer a apresentação (**vide anexo 3**).
265 Comentou sobre a dupla dominialidade das águas, sendo a maioria dos rios e as
266 águas subterrâneas de dominialidade dos Estados, e disse que para se construir um
267 Sistema Nacional de Recursos Hídricos robusto, seria necessário um forte
268 envolvimento dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos e um fortalecimentos dos
269 mesmos pela União, sempre com uma visão integradora. Disse que o primeiro objetivo
270 do pacto é o de fortalecer os sistemas estaduais. Apresentou um Mapa de Gestão com
271 definição de Metas para Desenvolvimento Institucional, dividido em quatro classes, de
272 acordo com o estágio de implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos
273 Hídricos dos diversos Estados da Federação. O Pacto, inicialmente representa uma
274 vontade política de trabalhar junto com a União e Estados vizinhos, de forma
275 integrada, consolidada por Decreto Governamental. Disse que, o segundo objetivo era
276 de caráter mais técnico, em que seriam feitas visitas da Agência Nacional de Águas
277 aos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados, para poder identificar a
278 realidade de cada Estado, bem como, os grandes desafios de gestão a serem
279 alcançados, estabelecendo um conjunto de metas para os próximos cinco anos, a
280 serem aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.
281 Esclareceu que os Estados que aderirem ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas
282 terão acesso aos recursos do Programa PROGESTÃO, com recursos da ordem de
283 100 milhões para apoio aos SEGREHs, que representam um valor de 4 (quatro)
284 milhões ao longo de cinco anos para cada Estado. Por fim, falou do "passo a passo"
285 de implementação do Pacto Nacional (**vide anexo 3**), a saber: adesão ao Pacto
286 (edição de Decreto Estadual); inscrição no PROGESTÃO; visitas ao estado para
287 exercício prospectivo; aprovação do quadro de metas pelo CERH para um horizonte
288 de 5 (cinco) anos; e primeiro desembolso de recursos. O Presidente LUIZ EDUARDO
289 CHEIDA agradeceu a apresentação, comentou que o Paraná iria assinar o Decreto de
290 adesão ao Pacto no dia 21 de julho próximo, e, na seqüência, abriu a palavra aos
291 Conselheiros. O Conselheiro PAULO CESAR MEDEIROS, do CEDEA, comentou
292 sobre a importância da participação da sociedade civil no processo da gestão dos
293 recursos hídricos. O Sr. PAULO AUGUSTO LIBANIO comentou que necessariamente
294 haverá a participação da sociedade civil, segmento este que faz parte do Conselho
295 Estadual de Recursos Hídricos, que aprova as metas estabelecidas para os
296 Programas. Disse também, que entre trinta variáveis elencadas para acompanhar a
297 implementação do sistema estadual, consta a variável da mobilização social, que será
298 anualmente avaliada pelos Conselhos. A seguir, em resposta ao Conselheiro
299 EDUARDO ALVIM LEITE, da SETI, mencionou que os Estados da Federação que já
300 aderiram ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas são a Paraíba, o Acre e o Distrito

301 Federal, e os Estados que estão encaminhando os processos, além do Estado do
302 Paraná, são o Mato Grosso do Sul e Alagoas. A seguir, o Presidente do CERH/PR,
303 LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a apresentação e passou ao **item assuntos**
304 **gerais**. O Conselheiro GALDINO ANDRADE FILHO, Presidente do Comitê da Bacia
305 do Rio Tibagi, mencionou discussão que houve no Comitê sobre a criação de uma
306 Câmara Técnica para avaliação de novos empreendimentos que surgirão na Bacia, e
307 questionou se haveria um impeditivo legal para a criação desta Câmara Técnica, e se
308 de uma forma legal o IAP poderia repassar os processos para uma avaliação do
309 Comitê, propondo a edição de uma Resolução do Conselho Estadual do Meio
310 Ambiente ou de Recursos Hídricos ou da própria SEMA sobre o tema. A Conselheira
311 ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da PGE, fez algumas considerações de ordem jurídica,
312 dizendo que do ponto de vista do exercício da democracia, acha importante a
313 manifestação dos Comitês de Bacia, no entanto, acha que condicionar uma licença à
314 manifestação de Comitês por meio de um ato legal, Resolução ou Portaria, estaria
315 criando mais uma condicionante no processo de licenciamento. Disse, também, que
316 não poderia haver um instrumento legal da SEMA para um único Comitê de Bacia.
317 Sugeriu que o IAP comunicasse os Comitês de Bacia sobre licenciamento de
318 empreendimentos de grande porte, que causam impacto significativo, para que os
319 mesmos se manifestem. O Presidente do CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA,
320 comentou que em junho próximo seria aprovada pela Plenária do Conselho Estadual
321 do Meio Ambiente, uma Resolução que descentraliza o licenciamento ambiental no
322 Estado, e sugeriu que a matéria proposta pelo Comitê da Bacia do Rio Tibagi fosse
323 analisada no âmbito do Instituto Ambiental do Paraná. O Conselheiro PAULO CESAR
324 MEDEIROS, do CEDEA, na qualidade de coordenador da Câmara Técnica de
325 Educação, Capacitação, Comunicação, Mobilização Social e Informações em
326 Recursos Hídricos - CTEM, mencionou que a mesma apreciou o Termo de Referência
327 para a contratação de uma instituição para realizar um Programa de Capacitação,
328 sendo que o edital do mesmo já foi publicado. Mencionou que neste ano se realiza a
329 Conferência Nacional do Meio Ambiente, e que a sociedade civil organizada está se
330 mobilizando para colocar na pauta desta Conferência, a questão da educação
331 ambiental nas bacias hidrográficas, para que haja investimentos para a formação do
332 cidadão brasileiro atuar nos Comitês de Bacia Hidrográfica. O Presidente do
333 CERH/PR, LUIZ EDUARDO CHEIDA, agradeceu a todos, e em não havendo mais
334 assuntos a serem tratados, deu por encerrada a 21ª Reunião Ordinária do Conselho
335 Estadual de Recursos Hídricos, da qual eu, MARIANNA SOPHIE ROORDA, Secretária
336 Executiva do CERH/PR, lavrei a presente ata, em Curitiba, aos 04 dias de julho de
337 2013.

338 De acordo

339 Curitiba,

340

341

LUIZ EDUARDO CHEIDA

342

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

343

Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos